

Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações *

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE **

O trabalho analisa o desempenho da agricultura na década de 80. Mostra-se que, nesta década, foi preservada a tendência de crescimento dos anos 70 do produto agrícola, cujo comportamento de curto prazo não guardou relação sistemática com a evolução cíclica geral. Esta última conclusão, em particular, suscitou o retorno às contribuições de uma antiga literatura sobre o comportamento da produção e dos preços agrícolas no ciclo económico, adaptada, entretanto, para levar em conta aspectos especialmente relevantes na análise do caso brasileiro. O trabalho argumenta, ainda, que houve uma nítida melhora no desempenho da produção agrícola para o mercado interno, e procura situar este fenómeno numa perspectiva de análise mais ampla da contribuição da agricultura ao processo de ajustamento da economia brasileira à crise externa.

1 — Introdução

No final dos anos 70 prevalecia o diagnóstico de que o crescimento agrícola observado até então, embora altamente dinâmico em seu conjunto, padecia de dois problemas principais: o primeiro consistia no “problema da produção de alimentos”, representado por um crescimento insatisfatório das atividades de mercado interno, com conseqüências negativas sobre o nível de renda real da população urbana e sobre o processo inflacionário; o segundo consistia no fraco poder de irradiação dos frutos desse crescimento para a força de trabalho rural, como expresso na redução do número de pequenos produtores e na criação de empregos assalariados em número insuficiente (devido à mecanização) e, em boa parte, de tipo inadequado (a exemplo da contratação de “bóias-frias”).

A esses questionamentos juntaram-se outras preocupações no início dos anos 80. Passou-se a temer, já agora, pela própria continuidade do crescimento agrícola. A primeira ameaça partia da elevação dos custos de produção agrícola, em função do segundo choque do petróleo (1979/80); esperava-se que a fronteira agrícola fosse especialmente atingida. A segunda ameaça residia na perspectiva de retirada do subsídio ao crédito rural — iniciada em 1979, pelo crédito de investimento, e completada em fins de 1983, com a indexação plena do crédito de custeio. Finalmente, passou-se a temer,

* Este artigo foi adaptado de um outro texto do autor [cf. Rezende (1989)].

** Do INPES/IPEA e da UFF.

também, por um agravamento do “problema da produção de alimentos”, já que se esperava que a crise de balanço de pagamentos forçasse o governo a conceder maiores incentivos às exportações agrícolas, sem falar no Proálcool.

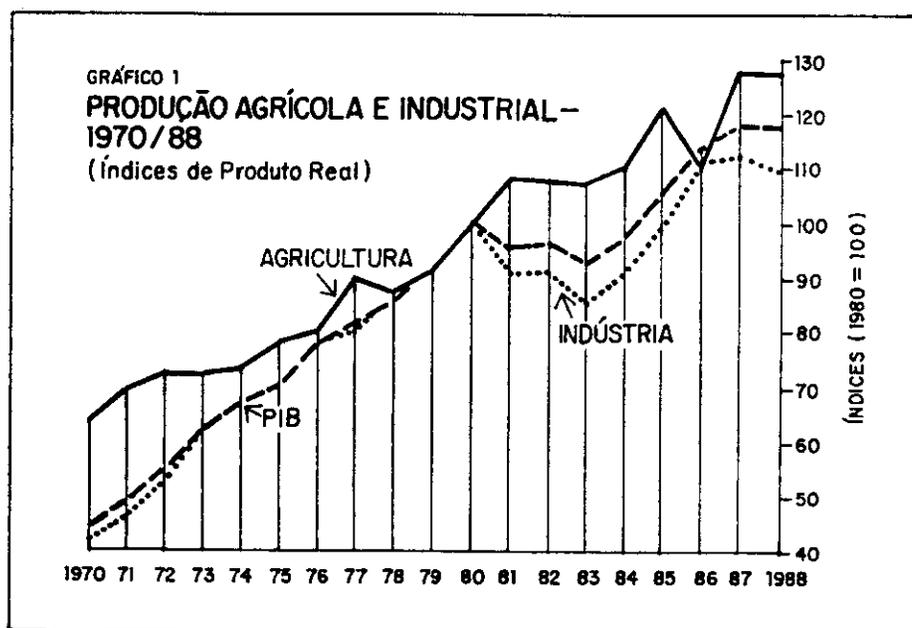
No entanto, 10 anos depois, a agricultura é vista como um setor que se manteve crescendo a taxas relativamente elevadas, deitando-se por terra, portanto, as preocupações quanto à reforma do crédito rural e quanto ao segundo choque do petróleo; a expansão agrícola do Centro-Oeste, em particular, foi notável. Além disso, trabalhos recentes apontam que este crescimento teve a contribuição decisiva da produção para o mercado interno. Não bastasse isso, evidências sugerem que a pequena agricultura voltou a crescer e que as relações contratuais no mercado de trabalho rural têm-se alterado a favor da mão-de-obra fixa.

Este trabalho apresenta uma visão de conjunto do desempenho agrícola nos anos 80, como base para uma reconsideração crítica das questões levantadas no final dos anos 70 e início dos 80 e também para a proposição de novas perspectivas de análise sobre estas e outras questões. A Seção 2 introduz a evidência empírica que tem servido de base para a conclusão de que a agricultura preservou, na década de 80, sua trajetória de crescimento dos anos 70; sugere-se, além disso, que as flutuações do produto agrícola em torno dessa tendência de crescimento não seguiram o padrão cíclico da economia como um todo. Esta evolução recente da agricultura é objeto de análise empírica mais detalhada na Seção 3, que inclui evidências sobre os preços dos produtos agrícolas e dos fatores de produção primários (terra e mão-de-obra) e sobre o uso e os preços dos insumos de origem industrial (e, assim, embora indiretamente, sobre o próprio curso do investimento agrícola). A Seção 3 apresenta ainda, com destaque, uma hipótese de explicação da euforia que tomou conta do setor agrícola durante o Plano Cruzado. A Seção 4, por sua vez, analisa o desempenho da produção agrícola segundo os subsetores de agricultura de mercado interno e de exportação e conclui no sentido de que houve uma nítida melhoria do desempenho da produção para o mercado interno. Além de sugerir possíveis hipóteses explicativas desse fenômeno, o trabalho procura situá-lo numa perspectiva mais ampla de análise da contribuição da agricultura ao processo de ajustamento da economia brasileira à crise externa. Uma seção de sumário e conclusões encerra o trabalho.

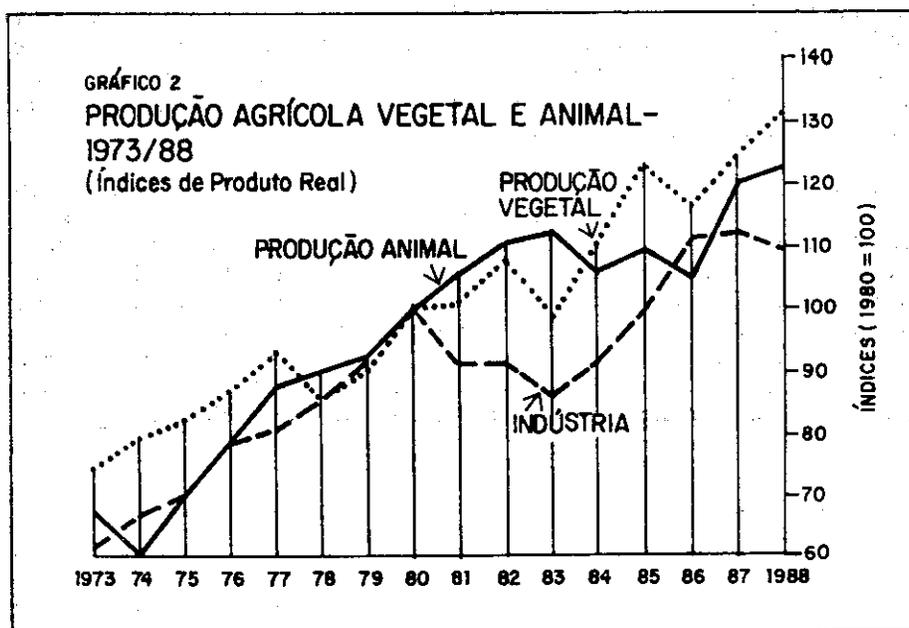
2 — O dinamismo relativo do produto agrícola agregado nos anos 80

O Gráfico 1 não deixa dúvida quanto à manutenção, em termos agregados, na década de 80, da trajetória de crescimento agrícola verificada nos anos 70, em franco contraste com o ocorrido no conjunto da economia e com o setor industrial em particular.

Embora só recentemente este fato tenha merecido a atenção geral (a partir das "supersafras" de 1987, 1988 e 1989), pode-se ver que, na verdade, desde o início da década de 80 a produção agrícola vem-se expandindo satisfatoriamente. No triênio 1981/83, por exemplo, enquanto a produção industrial reduziu-se em 15%, a produção agrícola aumentou cerca de 7%. O Gráfico 1 permite ver, ainda, que os níveis "recordes" de produção agrícola de 1987 e 1988 representam, em boa medida, uma mera recuperação do *trend* observado até 1985, frustrado em 1986 em virtude da seca do final do ano anterior. Admitindo-se, então, como normal o ano de 1988, tem-se uma taxa média anual de crescimento geométrico, entre 1980 e 1988, de 3,1% para a agricultura e de 1,2% para a indústria, enquanto as mesmas taxas foram, no período 1970/80, de 4,7 e 9,3%, respectivamente, ou seja, a agricultura reduz a sua taxa média de crescimento em 1,6 ponto percentual, enquanto a indústria perde cerca de oito pontos na década de 80, se comparada com a de 70 [conclusão semelhante encontra-se em Homem de Melo (1989)].



O Gráfico 2, por sua vez, apresenta uma visão desagregada do comportamento da produção agrícola segundo os subsetores de lavouras (sem café) e da produção animal, ambas cotejadas com a indústria. Nota-se claramente que o crescimento da produção vegetal foi mais firme, no conjunto do período 1980/88, do que o da produção animal, a qual, de fato, pratica-



mente não cresce entre 1980 e 1986.¹ Além do mais, há uma diferença marcante no comportamento cíclico da produção desses dois subsetores no período 1980/88. O produto vegetal evolui de maneira independente *vis-à-vis* o ciclo geral: as flutuações em torno da tendência de crescimento se devem inteiramente à influência de fatores climáticos. Isto se verifica tanto em 1983 (quando a safra foi afetada pelas enchentes no Centro-Sul e pela seca no Nordeste) quanto em 1985 e 1986 (quando se alternaram rendimentos físicos anormalmente altos e baixos, respectivamente).² A produção animal, por outro lado, comporta-se em razão inversa com o ciclo industrial: ela cresce no triênio 1981/83 e no biênio 1987/88 (períodos de queda ou estagnação do produto industrial) e cai no triênio 1984/86 (período de crescimento econômico).

Cabe observar que este comportamento do produto animal se deve ao comportamento análogo do abate bovino, que mede, para o IBGE, a pro-

¹ Esta conclusão quanto à tendência de crescimento da produção animal, entre 1980 e 1988, deve ser vista com cautela, já que se acredita estar altamente subestimado o crescimento do abate bovino no Brasil.

² Estas conclusões baseiam-se na análise de índice agregado de rendimentos físicos construído para este trabalho. Note-se que a inclusão do café reforça, por um lado, a influência dos fatores climáticos, mas distorce, por outro lado, a análise do fenômeno em sua generalidade, já que no café estes fatores são mais específicos.

dução da pecuária de corte e tem grande peso no índice de produto animal. Não é difícil, por outro lado, entender por que o abate bovino se comporta contraciclicamente: queda da demanda final de carne, na recessão, faz cair os preços do boi gordo, e isto, na medida em que gera expectativas de queda ulterior desses preços, induz à liquidação do rebanho; na retomada, por outro lado, o inverso ocorre. A atuação desse mecanismo deve ter sido reforçada ainda, no caso brasileiro, pela política de altos juros reais entre 1981 e 1983 e pela volta da indexação financeira em 1987 e 1988; já o crescimento econômico no triênio 1984/86 — sobretudo em 1986, quando se desindexou o sistema financeiro — foi acompanhado de uma política monetária incomparavelmente mais frouxa.

Uma vez que variações no abate sejam, assim, acompanhadas por variações em sentido contrário no rebanho bovino, a conclusão anterior sobre o comportamento contraciclico do produto animal poderia até mesmo inverter-se, caso a medição desse produto levasse em conta — como deveria — a variação, em peso, do rebanho bovino. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem fazer este cálculo alternativo do produto da pecuária bovina de corte.³

Em suma: pode-se concluir que o produto agrícola agregado, com a possível exceção do subsetor de produção animal, não apenas mantém, nos anos 80, sua trajetória anterior de crescimento, como, além disso, suas flutuações de curto prazo, em torno de sua tendência de crescimento, não se mostram correlacionadas com o ciclo geral da atividade econômica. A seção seguinte prossegue nessa caracterização da evolução da agricultura no ciclo econômico recente, buscando, na base de informações relativas aos mercados dos produtos e dos fatores de produção agrícolas, apresentar evidências sobre o comportamento, já agora, também do investimento agrícola.

3 — O produto e o investimento agrícolas no ciclo econômico recente: evidências adicionais

3.1 — A agricultura no ciclo econômico: aspectos teóricos

Antes de prosseguir no exame do caso brasileiro, é interessante sumariar as principais conclusões de uma antiga literatura que analisou o comportamento de curto prazo da produção e dos preços agrícolas durante o ciclo econômico

³ Tentativas feitas nesse sentido por Vagner Ardeco, do INPES, resultaram infrutíferas; o problema é que o IBGE levanta apenas o número de cabeças do rebanho. Uma contribuição importante e pouco conhecida à análise desse e de outros problemas das estimativas do produto da pecuária de corte no Brasil encontra-se em Silva (1986).

[Schultz (1945), Hansen (1932), Harrod (1936, pp. 32-5), Galbraith e Black (1938), Kirk (1933), Johnson (1950)], e que procurou explicar por que a variabilidade cíclica do produto agrícola era tão menor do que a do produto industrial.

Tomando-se então por base esta literatura, cabe notar inicialmente que, enquanto os processos de produção industrial são rapidamente ajustáveis a uma eventual queda da demanda esperada, a produção agrícola, uma vez iniciado o ciclo produtivo, é praticamente irreversível, só podendo ser interrompida com custos elevados. Além disso, a perecibilidade torna muito cara a estocagem de produtos agrícolas de um ano para o outro, o que é também arriscado do ponto de vista privado. Tudo isto torna nula a elasticidade-preço da oferta agrícola no curto prazo, o que numa recessão (e, *mutatis mutandis*, numa retomada) implica reduções nos preços relativos dos produtos agrícolas, não obstante a maior queda da demanda por produtos industriais.

A existência de diferenças nas estruturas de mercado de produtos agrícolas e industriais contribui, também, para explicar este comportamento da relação de trocas agricultura/indústria no ciclo econômico. Os preços industriais são freqüentemente determinados pela regra do *mark-up*, não se reduzindo ou aumentando face a contrações ou aumentos da demanda. No caso dos produtos agrícolas, a atomização do lado da oferta faz com que um produtor individual não consiga, através da variação de sua oferta, influenciar o preço de sua mercadoria. E a ironia está no fato de que, devido à baixa elasticidade-preço da demanda de alimentos, uma redução generalizada da oferta, por exemplo, aumentaria a receita total dos produtores.

Este comportamento diferencial dos preços agrícolas e industriais no curto prazo é suficientemente conhecido na moderna literatura [por exemplo, Hicks (1974), Kaldor (1976), Kalecki (1971)], e também atraiu interesse no Brasil [ver, sobretudo, Sayad (1982a)]. Mais interessante para nossos propósitos, contudo — embora escassamente discutido na literatura de nossos dias —, é saber a reação da produção à variação de preços relativos, quando se levam em conta, ao mesmo tempo, as mudanças (cíclicas) em variáveis macroeconômicas relevantes. Assim, se a oferta agrícola, mesmo com o tempo necessário para se ajustar, for pouco sensível à queda (ao aumento) inicial de preços relativos, a relação de trocas permanecerá, durante todo o período recessivo (de retomada), em nível inferior (superior) àquele vigente antes da recessão (da retomada).

Esta é, naturalmente, uma questão empírica. Levando-se em conta a evidência a respeito, formulou-se, nessa antiga literatura, a hipótese de que a elasticidade-preço da oferta agrícola agregada, no contexto sob discussão, seja de fato baixa. Isto se deveria, essencialmente aos seguintes fatos: *a*) baixas elasticidades-preço de oferta dos fatores primários (terra e mão-de-obra) e, portanto, flexibilidade dos respectivos preços; e *b*) tendência à utilização plena, nas fases recessivas, do estoque de capital existente na agricultura.

Quanto à flexibilidade de preços dos fatores primários, cabe apontar o que se passa com o custo da mão-de-obra — dado pela renda alternativa que a força de trabalho agrícola (preponderantemente formada pela mão-de-obra familiar, em franco contraste com a indústria, onde prevalece a mão-de-obra assalariada) pode obter fora da agricultura. E esta renda alternativa (ou custo de oportunidade) cai de forma dramática na recessão (especialmente ao se levar em conta a menor probabilidade de obtenção de um emprego urbano) e aumenta na retomada.

Neste particular, é interessante considerar o caso de um setor agrícola (como o brasileiro) em que este tipo de produção, baseado na mão-de-obra familiar, coexiste com a produção capitalista, que opera à base de mão-de-obra assalariada. É provável que, numa recessão (ou num período de menor crescimento econômico), a produção familiar aumente de importância dentro da agricultura, por dois motivos: em primeiro lugar, o salário urbano — e, com ele, o rural, pelo menos para algumas categorias — tende a cair menos do que o “salário” (auto-imputado) da mão-de-obra familiar; e, em segundo, mesmo que tal não aconteça, a produção familiar pode tornar-se mais competitiva do que a capitalista. Isto se deve ao fato de a mão-de-obra não gerar risco na exploração familiar, uma vez que a sua remuneração é um item residual de renda, em contraste com o que se passa na produção capitalista, onde a remuneração da mão-de-obra é um custo contratual.

Por outro lado, o valor da renda da terra, quando se considera a agricultura em seu conjunto, é determinado, também, de forma residual; em outras palavras, a terra não onera a produção agrícola. Isto decorre da circunstância de a terra agrícola não ter uso alternativo fora da agricultura, o que implica que toda a terra disponível será utilizada, contanto que gere uma renda positiva, por menor que seja.⁴ Isto é obviamente muito relevante para explicar o comportamento da produção agrícola numa recessão e numa retomada, uma vez que o “custo” da terra, a exemplo do da mão-de-obra, acompanha, na queda e na alta, os preços dos produtos agrícolas.⁵

A tendência à utilização plena, no curto prazo, do estoque de capital existente no setor agrícola decorre do fato de cada agricultor operar numa estrutura de mercado competitivo, já que, nesse caso, interessa ao agricultor continuar produzindo mesmo que a receita cubra apenas parte do custo fixo. Isto deve ser visto em contraste com o que se passa na indústria, onde prevalecem estruturas oligopolistas de mercado e as firmas determinam os seus preços de modo a cobrir custos plenos (além de margens desejadas de lucro); por isso, flutuações de demanda agregada traduzem-se, num primeiro momento, em variações indesejadas de estoques e, depois, em variações planejadas na taxa de utilização da capacidade produtiva.

⁴ Isto vale no curto como no longo prazo, como ensinou Ricardo.

⁵ O preço de aquisição da terra, sendo o valor capitalizado da renda futura, pode não cair, se a queda da renda da terra for percebida como transitória e, portanto, não afetar as expectativas sobre o seu curso futuro.

Naturalmente, a demanda de novos bens de capital — o investimento agrícola — tem um comportamento, em princípio, diretamente relacionado com o ciclo. O mesmo acontece com os insumos correntes usados na produção agrícola — sobretudo aqueles fornecidos pela indústria, como os fertilizantes —, uma vez que representam custos variáveis e, também, na medida em que seus preços variarem, no mesmo sentido do ciclo, em relação aos dos produtos agrícolas e dos fatores de produção primários, terra e mão-de-obra.

É claro que, nas condições aqui analisadas, as flutuações cíclicas do investimento agrícola, mesmo que de grande amplitude, pouco afetam o nível corrente do produto agrícola. Este último pode, contudo, ser afetado pela variação cíclica no uso dos insumos; numa recessão, por exemplo, a menor aplicação de fertilizantes faz cair os rendimentos físicos. É possível, contudo, que, devido à substituibilidade de fatores na agricultura, variações cíclicas no uso da mão-de-obra mais do que compensem as variações de produtividade, de tal modo que o nível do produto agrícola permaneça inalterado quando se consideram, apenas, as flutuações cíclicas da economia. De qualquer maneira, esta é uma questão empírica.

Deve-se notar, por outro lado, que a operação dessas forças estabilizadoras do nível de produção agrícola, ao longo do ciclo econômico, sofre o condicionamento, em qualquer situação concreta, da ocorrência ou não de problemas de liquidez na agricultura, nas épocas de crise. Com efeito, o custo fixo inclui o juro de dívidas passadas, havendo, também, a amortização destas. Para o agricultor endividado pode colocar-se um problema financeiro, na medida em que a queda da receita líquida ultrapassar determinado limite. Aliado a isso, a recessão — como aconteceu no Brasil entre 1981 e 1983 — pode ela mesma ter sido induzida por políticas monetária e creditícia restritivas. É óbvio que uma crise de liquidez, ao restringir a tomada de decisão do agricultor, pode afetar negativamente o nível de atividade agrícola. Na discussão do caso brasileiro, este aspecto merece atenção especial.

Como já foi notado, os argumentos anteriores tiveram o propósito, nessa antiga literatura, de explicar a evidência de um impacto menor do ciclo econômico sobre o nível da produção agrícola, relativamente à produção industrial. Entretanto, o produto agrícola — e, mais ainda, o investimento agrícola — continuava variando no mesmo sentido das flutuações macroeconômicas. Isto contrasta com o caso brasileiro, pois, como já foi apontado na seção anterior e será visto com mais detalhe no resto desta seção, o comportamento recente do produto e do investimento agrícolas no Brasil não mostrou correlação alguma com a evolução geral da economia. Para poder explicar esta diferença, é necessário considerar algumas peculiaridades da economia brasileira: em primeiro lugar, é preciso ter em conta que os preços domésticos dos produtos exportáveis são menos afetados pelas flutuações cíclicas domésticas e, em princípio, podem até mesmo comportar-se em sentido inverso ao do ciclo econômico, por influência de variação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas ou da taxa de câmbio; em segundo lugar, os preços domésticos dos insumos agrícolas de origem industrial, como também os custos de transporte, são muito influenciados

pelo preço internacional do petróleo e, por isso, também podem variar de forma autônoma *vis-à-vis* o ciclo econômico doméstico. O fato de a agricultura brasileira ser, assim, mais exposta a choques exógenos — que se traduzem em variações autônomas em sua rentabilidade — do que a indústria constitui uma razão adicional para se esperar uma evolução cíclica peculiar do seu produto (como também e principalmente do seu investimento) *vis-à-vis* o ciclo econômico geral.

3.2 — Comportamento dos preços dos produtos agrícolas e dos fatores de produção primários

Retomando a discussão do caso brasileiro, nota-se (Tabela 1) que, por padrões históricos, os preços agrícolas mantiveram-se baixos na década de 80, com a exceção maior do ano de 1984, sobretudo para os exportáveis. Também é digna de nota a queda de preços ocorrida no biênio 1987/88, um fenômeno a ser discutido depois. Uma vez que o crescimento agrícola foi mais do que satisfatório na década de 80, isto é uma indicação segura de que outros fatos, atuando de maneira compensatória, também ocorreram no período. Alguns desses fatos — sobretudo relacionados a custos de fatores — serão identificados nesta seção, mas outros terão de esperar seções posteriores.

Tendo isto em mente, a Tabela 2 permite a análise do comportamento dos aluguéis de terra e dos salários rurais, assim como dos preços da terra, que também são incluídos.

Quanto aos valores de arrendamento de terras, observa-se uma diferença de comportamento entre os subsetores de lavouras e de pecuária. O valor de aluguel de pastagens cai continuamente entre 1980 e 1984, recupera-se em 1985 e dispara em 1986, caindo abruptamente, de novo, em 1987 e 1988. Enquanto isso, o de terra de lavouras mantém-se elevado em 1981 e 1982, cai em 1983, recupera-se em 1984 e 1985, dispara também em 1986 e, a exemplo do que aconteceu com o aluguel de terras de pastagens, cai em 1987. Contudo, em 1988 volta a crescer, ao contrário do que ocorreu com o valor de aluguel de pastagens.

A estreita conexão existente entre as variações nos valores de aluguel de terra, de um lado, e a taxa de rentabilidade esperada na agricultura, de outro, torna maior o conteúdo informativo dessa evidência empírica. Ela sugere ou confirma, entre outras coisas, que: *a)* a pecuária foi mais afetada pela recessão do período 1981/83; *b)* tanto a pecuária quanto a produção vegetal retomaram o seu crescimento em 1984 e 1985; *c)* o plano Cruzado causou um verdadeiro *boom* agrícola; e *d)* no ano de 1987 a rentabilidade esperada foi muito baixa.

Os preços de terra, por sua vez, exibem um padrão de variação cíclica de mesmo sentido que o dos aluguéis de terra, porém muito mais pronunciado. Uma vez que, como já se apontou na seção anterior, variações de curto prazo

TABELA 1

Índices de preços reais recebidos pelos agricultores — 1973/88 (1980 = 100)

Anos	Produtos de mercado interno		Lavouras de exportação	
	Lavouras	Produtos animais	Sem café	Com café
1973	99	109	98	80
1974	101	122	89	73
1975	112	112	79	67
1976	117	98	76	80
1977	99	100	116	109
1978	105	108	91	81
1979	105	124	89	80
1980	100	100	100	100
1981	109	94	68	56
1982	85	82	66	55
1983	85	80	64	52
1984	95	92	101	79
1985	86	82	72	63
1986	91	91	68	78
1987	58	85	51	42
1988	57	62	61	48

NOTA: Índices calculados com base nos índices mensais de preços de produtor da FGV, deflacionados pelo IGP-DI, todos com base 1977=100. Ponderação utilizada: participação no valor da produção em 1980. Os índices dos produtos individuais são médias simples anuais, para batata-inglesa, feijão, mandioca e todos os produtos animais, e médias dos meses de safra, para os demais produtos. As "lavouras de mercado interno" incluem arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca e milho; os "produtos animais" são boi gordo, suíno, frango, leite e ovos; e as "lavouras de exportação" abrangem algodão, cacau, laranja, soja e café.

nos aluguéis não afetam necessariamente os preços de terra — a menos que expectativas sobre o futuro sejam altamente correlacionadas com aluguéis correntes, o que não é uma hipótese razoável —, isto indica a força da influência de condições externas ao setor agrícola na determinação do preço da terra. Esta evolução do preço da terra e seu significado para a análise do comportamento do setor agrícola nesta década será um tema recorrente neste trabalho.

Quanto à evolução dos salários rurais, o fenômeno mais interessante, retratado na Tabela 2, é a diferença de comportamento entre os salários do diarista e do mensalista. Geralmente, o salário do diarista cai mais nos perío-

TABELA 2

*Índices de salários rurais e de aluguéis e preços de terras — 1980/88
(1980 = 100)*

Anos	Salários rurais		Aluguéis de terra		Preços de terra
	Mensalista	Diarista	Lavouras	Pastagens	
1980	100	100	100	100	100
1981	106	112	113	90	106
1982	107	93	110	87	96
1983	96	89	96	85	77
1984	94	83	101	83	86
1985	108	97	105	91	105
1986	126	143	131	138	206
1987	88	96	86	95	195
1988	89	75	103	67	62

NOTA: Médias simples anuais dos índices dos valores reais relativos a junho e dezembro (dados básicos da FGV). Os salários rurais foram deflacionados pelo INPC e os valores de aluguel e de venda de terras pelo IGP-DI. A informação para 1988 refere-se a junho.

dos recessivos e tem um aumento maior nas fases de crescimento. Assim, entre 1980 e 1984 os salários do mensalista e do diarista caíram 5 e 15%, respectivamente; entre 1984 e 1986 aquele subiu 34%, mas este alcançou 72%; e entre 1986 e 1988 o salário mensal caiu 29%, mas a diária decresceu 48%. A explicação para esse fato reside na profunda diferença entre os dois tipos de contratação de mão-de-obra. O mensalista é um trabalhador que mantém um contrato de trabalho com o empregador e tem seu salário regulado pelo salário mínimo e pela política de indexação salarial. Já o diarista presta um “serviço” cujo preço, continuamente “recontratado” reflete, em grau muito maior do que o salário do mensalista, o nível da taxa de desemprego na economia.

Pode-se concluir que o custo da mão-de-obra assalariada mostrou-se flexível no ciclo econômico recente — sobretudo o custo da mão-de-obra eventual, cuja incidência é reconhecidamente importante na agricultura — e manteve tendência de queda nos anos 80, à exceção do triênio 1984/86. Quanto à mão-de-obra familiar, uma evidência indireta da grande influência do mercado de trabalho urbano sobre a sua oferta é a grande expansão — revertendo um fenômeno oposto, nos anos 70 — da pequena agricultura entre 1980 e 1985, certamente como reflexo da recessão que durou de 1981 até o início de 1984. No mesmo período, diminuiu o ritmo de absorção de

mão-de-obra nas médias e grandes explorações agropecuárias, relativamente ao observado na década passada.⁶

Existe razão para se esperar que esta expansão da pequena agricultura tenha prosseguido após 1985, mas tem-se que aguardar o Censo Agropecuário de 1990; a outra fonte de informações (anuais) sobre mão-de-obra no Brasil — a PNAD — não é comparável com o censo, e há dúvida sobre a sua qualidade para o meio rural (devido a deficiências da amostra e aos objetivos mesmos da pesquisa).⁷

Conquanto a menor atratividade do mercado de trabalho urbano tenha um peso decisivo na explicação dessa maior presença da mão-de-obra familiar (junto com a pequena agricultura) de 1980 em diante, deve-se notar, contudo, que os fatores de “expulsão” também atuaram com menor força nesse período, como sugerido em Rezende (1988). O preço da terra, por exemplo, que tinha-se elevado substancialmente na década de 70 — com conseqüências arrasadoras sobre a permanência de pequenos produtores (proprietários ou não) na agricultura —, mostrou-se, como se viu, altamente variável após 1980, refletindo a instabilidade macroeconômica sobretudo na área do mercado financeiro.

3.3 — A demanda de insumos agrícolas correntes de origem industrial e o curso do investimento agrícola

A análise da evolução do consumo aparente de insumos agrícolas de origem industrial na década de 80 confirma o padrão cíclico próprio do investimento agrícola e permite, ainda, perceber mais claramente a contribuição, para este resultado, do alto grau de exogeneidade (em relação ao ciclo geral) da variação dos preços dos produtos e dos insumos agrícolas.

De acordo com a Tabela 3, podem ser identificados cinco diferentes conjunturas após 1980: *a*) os anos de recessão (1981/83), de forte queda no uso de insumos; *b*) a recuperação espetacular em 1984; *c*) a estabilidade entre 1984 e 1985; *d*) outra elevação substancial em 1986; e *e*) a manutenção aparente, em 1987 e 1988, dos patamares atingidos em 1986.

Uma elevação expressiva dos preços de insumos em termos dos produtos agrícolas foi apontada em Rezende (1988) como o principal fator por trás da queda no uso dos insumos verificada no período 1981/83. Tanto os preços reais dos insumos aumentaram — por efeito do segundo choque do petró-

⁶ Ver Rezende (1988), onde se alerta, contudo, para um possível viés para baixo nos dados de “pessoal ocupado” do Censo Agropecuário de 1985, uma vez que, nesse mesmo ano em dezembro (mês de referência do censo), a seca estava em seu auge. Este viés seria, naturalmente, maior para as categorias censitárias de “empregados”, sobretudo os “temporários”. Quando nada, portanto, a expansão da pequena agricultura foi maior do que aquela apontada pelo censo.

⁷ Para uma análise dos dados da PNAD, sem a preocupação, contudo, de questionar sua adequabilidade, ver Aguirre (1989).

leo no biênio 1979/80 —, como os dos produtos agrícolas caíram (ver Tabela 1), o que agravou a queda do consumo que ocorreria meramente por conta dos fatores cíclicos.

TABELA 3

Consumo aparente de insumos agrícolas selecionados — 1975/88
(1975 = 100)

Anos	Defensivos	Fertilizantes	Tratores de roda
1975	100	100	100
1976	90	128	110
1977	113	162	84
1978	121	163	72
1979	127	180	85
1980	143	212	88
1981	111	139	49
1982	84	137	43
1983	74	122	39
1984	103	185	72
1985	93	171	71
1986	124	210	80
1987	116	222	69
1988	111	200	53

FONTES: Fertilizantes e defensivos: Anuário Estatístico do IBGE; tratores: Anfavea.

Uma reversão abrupta dessas relações de preços, fruto principalmente da elevação violenta dos preços agrícolas em 1983 — exatamente no auge da recessão —, com a manutenção dos novos patamares de preços em 1984, explica a retomada espetacular do investimento agrícola nesse ano, a qual contribuiu para a retomada do crescimento econômico no segundo semestre. Os preços recebidos pelos agricultores foram altos em 1984 pelos seguintes motivos: a) desvalorização cambial de 30% em fevereiro de 1983; b) alta de preços externos; c) quebra de safra de 1983; d) auge da crise cambial, que impediu a regularização do abastecimento doméstico mediante maiores importações e/ou restrições às exportações; e e) a melhoria decidida pelo governo, em 1984, dos preços mínimos a vigorar em 1985.

É interessante notar que o *boom* de investimento agrícola no biênio 1983/84 ocorreu exatamente quando o racionamento do crédito rural foi máximo. Por outro lado, a queda observada no uso de insumos de 1981 a

1983 não pode ser atribuída à restrição de crédito rural, simplesmente porque o volume de crédito de custeio — que responde pela aquisição de insumos correntes, como fertilizantes — atingiu, junto com a taxa de subsídio, níveis recordes de 1979 a 1982 [Rezende (1988)]. É claro, portanto, que as variações no consumo aparente de insumos agrícolas no período 1980/84 foram em larga medida independentes das mudanças da política de crédito rural; em vez disso, elas refletiram sobretudo a operação de choques exógenos de preços, desfavoráveis à agricultura até 1983 e favoráveis depois.

Os níveis de investimento agrícola de 1984 mantiveram-se em 1985 e simplesmente explodiram em 1986. Como consequência disso, no final de 1986 as compras de insumos correntes e de máquinas e equipamentos pela agricultura retomaram os níveis pré-recessão (de 1979, ou, mesmo, de 1980, que foram recordes).

Uma hipótese explicativa do ocorrido em 1986 será apresentada na próxima subseção. Já com relação à relativa sustentação, em 1987 e 1988, dos níveis de uso de insumos de 1986, trata-se de fato que se choca, aparentemente, com a queda dos preços agrícolas após 1986 (ver Tabela 1) e com a reindexação do crédito rural em 1987, sem falar na progressiva deterioração da conjuntura macroeconômica. O paradoxo talvez se esclareça quando se leva em conta a queda substancial dos preços dos insumos agrícolas entre 1985 e 1988 (ver Tabela 4), reflexo da derrocada do preço internacional do petróleo e, em menor medida, do achatamento das tarifas públicas, fruto da política antiinflacionária. Note-se que esta queda dos preços do petróleo beneficiou a agricultura — especialmente as regiões mais distantes dos mercados consumidores — também pela redução dos custos de transporte. Evidencia-se assim, mais uma vez, como o comportamento autônomo do investimento agrícola no ciclo econômico recente reflete a atuação de variáveis igualmente exógenas à economia.

3.4 — O Plano Cruzado e a euforia agrícola de 1986

O ritmo feérico de acumulação de capital na agricultura em 1986 não pode ser atribuído a um comportamento favorável dos preços agrícolas nem a um tratamento especial da agricultura por parte da política econômica. Com efeito, os preços externos das *commodities* agrícolas (à exceção do café) encontravam-se em seus níveis mais baixos da década, e o congelamento de preços agrícolas foi efetivo — com a exceção da carne e seus substitutos próximos —, graças às importações maciças de alimentos e às restrições às exportações. Nessas circunstâncias, não se pode atribuir o *boom* agrícola ao aumento de demanda de alimentos que se seguiu à queda da inflação (pela redução do imposto inflacionário) e ao aumento dos salários e do nível de emprego. Note-se que, mesmo no caso da carne, de elasticidade-renda da demanda mais elevada, os preços fugiram ao controle do governo menos porque a demanda aumentou e mais porque a oferta se contraiu, como será analisado em seguida.

Na verdade, a explicação deve ser buscada na política macroeconômica. Ao desindexar o sistema financeiro, o governo acabou, também, com a correção monetária no crédito rural. Com isso, o Plano Cruzado significou, imediatamente, uma bênção para o setor agrícola, porque a correção monetária dos empréstimos rurais tinha se tornado, no início de 1986, um verdadeiro fantasma para os agricultores, espremidos entre a aceleração inflacionária e a quebra de safra.

TABELA 4

Índices reais de preços pagos pelos agricultores — 1977/88

Anos	Máquinas e equipamentos		Fertilizantes			Combustíveis e lubrificantes			Defensivos		Índice geral de preços pagos pelos agricultores
	Índice do IEA	Índice de preços por atacado (FGV)	Índice do IEA	Índice da CFP	Índice de preços por atacado (FGV)	Índice do IEA	Índice da CFP	Índice de preços por atacado (FGV)	Índice do IEA	Índice da CFP	
1977	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1978	101	103	95	95	94	102	102	96	101	101	96
1979	101	94	99	99	99	107	107	104	98	98	97
1980	99	83	129	129	121	120	120	135	116	116	108
1981	106	107	118	118	115	125	125	142	108	108	112
1982	110	117	103	103	112	121	121	134	103	103	102
1983	98	104	102	102	105	127	127	148	108	110	99
1984	108	96	112	111	111	119	119	148	114	114	100
1985	117	93	107	107	109	106	106	129	110	110	93
1986	106	83	83	85	82	89	85	111	97	99	92
1987	122	93	77	86	64	91	78	121	54	85	82
1988	128	125	75	77	60	79	71	101	43	79	73

NOTAS: 1) O "Índice do IEA" refere-se aos índices publicados pela Secretaria de Agricultura de São Paulo; o "Índice da CFP" é o Índice do IEA até junho de 1986 e o Índice da CFP daí em diante; a última coluna é a média dos Índices estaduais da FGV até junho de 1986 e o Índice da CFP daí em diante.

2) Todos os índices foram deflacionados pelo IGP-DI.

Por outro lado, esta desindexação financeira, acompanhada como foi de uma política monetário-creditícia expansiva, responsável por baixas taxas de juros na economia, detonou um violento processo de fuga do mercado financeiro em direção aos ativos de risco. Entre os últimos figuraram, com destaque, o rebanho bovino e a terra (além, naturalmente, de ações, imóveis urbanos e moeda estrangeira). O conseqüente aumento de rentabilidade das atividades de criação e engorda de gado — com redução violenta do abate — fez da pecuária um dos setores líderes na expansão agrícola. A explo-

são dos preços da terra, por sua vez, tornou os agricultores proprietários subitamente mais ricos e, por isso mesmo, não só mais dispostos a enfrentar os riscos inerentes à produção agrícola, como também clientes mais atraentes para os bancos.

Esta perspectiva de análise reserva um papel meramente de coadjuvante à política de crédito rural adotada em 1986, incluindo a prefixação da taxa de juro do crédito de custeio em 10% em termos nominais e a ampliação do volume de crédito de investimento (afinal aplicado na pecuária, como depois se constatou). O fato, aliás, de os agricultores terem-se endividado fortemente no mercado livre — como se verificou *a posteriori*, na crise de 1987 — reforça esta hipótese. Eles certamente se valeram, também, de fundos próprios antes aplicados no mercado financeiro.

Além de estimular, assim, a acumulação de capital na agricultura, a elevação do preço da terra em 1986 tornou mais lucrativa a atividade de *produção de terra* propriamente dita — a qual, naturalmente, se localiza na fronteira —, num processo inteiramente análogo ao que se passou com a construção civil em 1986, igualmente beneficiada pelo *boom* imobiliário. De imediato, isto implicou um aumento no investimento tido como agrícola (em particular em máquinas e equipamentos na fronteira); por sua vez, o acréscimo na dotação (estoque) de terra agrícola não poderia senão dar lugar a uma produção agrícola maior no futuro, dada a inelasticidade-preço de oferta dos serviços de terra, uma vez criada. É possível, afinal, que a extraordinária expansão da fronteira após 1986 em parte reflita este fenômeno.

É interessante notar, *en passant*, que estes dois efeitos benéficos da alta do preço da terra sobre a produção agrícola — ou seja, os estímulos à tomada de risco (“efeito-investimento agrícola”) e à ampliação da dotação de terra agrícola (“efeito-estoque de terra”) — nunca foram levados em conta nas discussões sobre a especulação com terras rurais no Brasil. É muito generalizada a crença de que esta especulação aumenta a ociosidade da terra, sob o argumento de que o especulador não está interessado no retorno propriamente agrícola da terra, além de querer dela dispor livremente para negociação. Embora esta crença tenha sido questionada por Sayad (1982b), fica claro que este é um aspecto secundário do problema. Use ou não o especulador sua terra, a alta do preço da terra torna os “agricultores profissionais” mais propensos ao risco e mais capazes de obter financiamento bancário, e também contribui para a expansão territorial da agricultura. Em retrospecto, é possível, afinal de contas, que boa parte da “modernização” da agricultura nos anos 70 tenha tido por trás o ganho patrimonial decorrente da quadruplicação do preço da terra ocorrida entre 1972 e 1975. A expansão agrícola em direção ao cerrado pode também estar associada causalmente a este fenômeno; até mesmo os esforços de pesquisa sobre a utilização agrícola do cerrado e os investimentos em infra-estrutura podem ter sido uma espécie de resposta (*à la* Hayami e Ruttan) à alta do preço da terra.

4 — A questão do conflito domésticos/exportáveis na década de 80 e o papel da agricultura no ajustamento macroeconômico

A discussão detalhada da seção anterior serviu para reforçar, empírica e analiticamente, a hipótese preliminar, apresentada na Seção 2, acerca do comportamento independente, no curto prazo, do produto (e, mais ainda, do investimento) agrícola *vis-à-vis* o ciclo geral da economia, no período recente. Resta discutir, contudo, as forças subjacentes que, atuando no médio e longo prazos, deram origem ao fenômeno, também apontado na Seção 2, da manutenção, pelo setor agrícola, na década de 80, da trajetória de crescimento da década de 70, em forte contraste com o resto da economia.

Esta seção mostra, primeiro, que o crescimento recente do setor agrícola foi acompanhado de melhoria no desempenho da produção para o mercado interno, configurando uma mudança de padrão com respeito à década de 70. Argumenta-se, além disso, que a agricultura brasileira não teria conseguido manter-se crescendo a não ser desta forma — ou seja, explorando o enorme potencial representado pelo mercado interno —, em face dos fracos incentivos de preços externos das *commodities* agrícolas. Finalmente, articula-se este novo padrão de crescimento agrícola ao processo de ajustamento da economia brasileira às condições externas prevalecentes na década.

4.1 — O dinamismo recente da agricultura de mercado interno

No início da década de 80 havia receios de que a crise de balanço de pagamentos, ao forçar o governo a conceder maiores incentivos às exportações e à produção de cana-de-açúcar para fins energéticos, levasse a um agravamento do “problema da produção de alimentos”, diagnosticado para a economia brasileira na década de 70.

A evidência disponível mostra, contudo, que a produção agrícola vegetal de mercado interno aumentou sua taxa de crescimento na década de 80, em comparação com a de 70.⁸ Um sumário dessa evidência é apresentado na Tabela 5, onde se pode observar um nítido aumento da taxa de crescimento da produção de arroz, milho e trigo no período mais recente. Por outro lado, boa parte desse aumento deveu-se à evolução mais favorável dos rendimentos físicos (fenômeno que se estendeu também ao feijão e à mandioca), com contribuição pequena, ou até mesmo negativa, da expansão de área. A tabela mostra ainda que: a) ocorreu um grande salto na pro-

⁸ A comparação restringiu-se, na verdade, somente ao período de 1973 em diante, já que, de acordo com o IBGE (1983, p. 31, e 1987, p. 274), as séries até 1970 e de 1973 em diante divergem muito entre si, em função de metodologias, formas de levantamento e métodos de apuração diversos.

TABELA 5

Taxas de crescimento anual da produção e dos rendimentos físicos de lavouras selecionadas — 1973/81 e 1979/88

(Em %)

Produtos	Períodos	
	1973/81	1979/88
Arroz		
Produção	1,5*	2,8
Rendimento físico	-0,9	4,1
Feijão		
Produção	-0,3*	0,6*
Rendimento físico	-2,3	-1,3
Mandioca		
Produção	-0,9	-0,3*
Rendimento físico	-1,2	1,1
Milho		
Produção	2,0*	2,5
Rendimento físico	0,8*	1,0
Trigo		
Produção	2,4	14,5
Rendimento físico	-0,5*	10,7
Algodão		
Produção	-1,3*	4,7
Rendimento físico	-0,4*	8,9
Cana-de-açúcar		
Produção	8,3	8,3
Rendimento físico	3,3	1,4
Soja		
Produção	7,3	2,8
Rendimento físico	-1,9*	0,5*

NOTA: Todas as taxas foram obtidas por ajustamento exponencial das quantidades produzidas e dos rendimentos físicos, com os dados originais transformados em médias móveis trienais. Os coeficientes assinalados com * não são significativamente diferentes de zero ao nível de 5% (teste de *t* bicaudal).

dução e rendimentos físicos do algodão (cultura voltada atualmente para o mercado interno); b) continuou o dinamismo da cana-de-açúcar, agora baseado na expansão de área; e c) houve perda de dinamismo da soja.

A regionalização das informações — mostrada nas Tabelas 6 e 7, que incluem ainda outros produtos — permite outras conclusões. A recuperação da agricultura nordestina, após a seca observada no quinquênio 1979/83,

foi muito importante para explicar o melhor desempenho da produção de mercado interno. Este fenômeno ocorreu também no Centro-Sul, onde se verificaram transformações notáveis, como a grande expansão do arroz irrigado e do trigo, no Rio Grande do Sul, e da soja, no Centro-Oeste. O crescimento dessas lavouras, aliás, está certamente relacionado ao declínio absoluto da soja no Sul e em São Paulo (à taxa média anual de 3,5%, entre 1980 e 1988), já que elas competem com a soja sulista pelos fatores de produção (como é o caso do trigo, principalmente), ou pelos mercados consumidores (o caso da soja do cerrado).⁹

4.2 — O papel da política de preços mínimos

Como já foi dito, temia-se que o ajustamento externo — sobretudo em função da desvalorização cambial — fosse afetar negativamente a produção de bens agrícolas destinados ao mercado interno.

Uma linha de contra-argumentação poderia lembrar que, em virtude do efeito-substituição entre exportáveis e domésticos, no consumo, a desvalorização cambial faz aumentar também os preços dos bens agrícolas domésticos. Além disso, ela eleva os preços domésticos dos bens agrícolas importados, o que estimula o crescimento da produção interna substitutiva dessas importações. O exemplo mais conspícuo, no caso do Brasil, foi o do trigo, que, em grande parte importado, contribuía, no início da década, com mais de 20% das calorias e proteínas totais consumidas pela população [Homem de Melo (1983)]. Mas o estímulo à produção agrícola para o mercado interno, decorrente da desvalorização cambial, não se limitou ao trigo. A elevação, para o governo, do preço do trigo em moeda nacional — tanto para o produto importado, quanto para o nacional —, acabou forçando a alta do preço daquele cereal para o consumidor, com conseqüências óbvias sobre a demanda e os preços dos bens agrícolas substitutos do trigo.

Não obstante, deve-se reconhecer como sendo muito provável que a desvalorização cambial fizesse aumentar os preços dos produtos agrícolas exportáveis em termos dos produtos de mercado interno. Ora, uma vez que estes dois grupos de bens entram em concorrência, na produção, por fatores de produção escassos — sobretudo aqueles (como a terra) de utilização específica na agricultura, e que por isso mesmo não podem ser transferidos do setor não-agrícola —, segue-se que a desvalorização cambial deveria, de fato, afetar negativamente a produção de bens agrícolas domésticos.

O fato de esse impacto negativo não se ter materializado parece, assim, contrariar a expectativa teórica acerca do efeito da desvalorização cambial

⁹ O trigo, em particular, foi altamente estimulado por incentivos de preços por parte do governo. Isto conjugou-se com a queda do preço da soja, fazendo com que a razão entre o preço do trigo e o da soja subisse de 100 em 1978/80 para 146 em 1981/83, 133 em 1984/86 e 149 em 1987. Em 1988, contudo, esta razão de preços caiu para 90, devido à queda do preço do trigo e à alta do preço da soja.

TABELA 6

Taxas de crescimento anual da produção e dos rendimentos físicos de
lavouras de mercado interno — 1973/81, 1979/88 e 1973/88

(Em %)

Especificação	Brasil			Centro-Sul			Norte e Nordeste		
	1973/81	1979/88	1973/88	1973/88	1979/88	1973/88	1973/81	1979/88	1973/88
Feijão									
Produção	-0,2*	0,6*	0,8	0,9*	-2,4	0,6*	-2,9*	7,8	1,2*
Rendimento físico	-2,3	-1,3	-1,5	-1,3	-1,4	-1,0	-4,9	2,6*	-2,1
Milho									
Produção	2,0*	2,5	3,1	2,7	1,8	3,3	-7,2	15,1	0,6*
Rendimento físico	0,8*	1,0	1,9	1,7	1,1	2,1	-8,2	10,4	-0,7*
Mandioca									
Produção	-0,9	-0,3*	-1,0	-7,3	0,3*	-3,5	3,4	-0,6*	0,6
Rendimento físico	-1,2	1,1	-0,2*	0,1*	0,4*	0,3	-0,9	1,2*	-0,1*
Arroz (total)									
Produção	1,5*	2,8	2,0	1,7*	1,9	1,8	0,6*	7,1	2,4
Rendimento físico	-0,9	4,1	2,0	0,6*	3,7	3,0	-6,3	7,0	-1,0*
Arroz (irrigado)									
Produção				4,0	6,4	5,5			
Rendimento físico				0,3*	2,8	2,1			
Arroz (de sequeiro)									
Produção				0,5*	-1,1*	-0,4*			
Rendimento físico				-0,1	2,0	1,7			
Trigo									
Produção	2,4	14,5	5,1						
Rendimento físico	-0,5*	10,7	5,4						
Todas as lavouras acima									
Índice de produção	1,0*	3,4	2,1						
Índice de rendimento físico	-0,4*	2,6	1,4						

NOTA: Ver Tabela 5.

numa economia como a brasileira. A solução desse aparente paradoxo está em ampliar o escopo de análise dessa desvalorização cambial, abandonando-se a premissa implícita de *coeteris paribus* e levando-se em conta, explicitamente, o estímulo compensatório provido pela política econômica à produção agrícola de mercado interno, através da adoção de uma política de preços mínimos mais agressiva.

Com efeito, ao mesmo tempo em que procedia à desvalorização cambial, o governo instituiu, em 1979, a "prioridade agrícola", que se traduziu na expansão do crédito de custeio a taxas de juros reais negativas e em medidas que tornaram cada vez mais efetiva a política de preços mínimos. Com a reforma do crédito rural de fins de 1983, entretanto, a prioridade agrícola limitou-se, na prática, a esta ação mais efetiva de preços mínimos.¹⁰

¹⁰ Uma discussão detalhada dessas medidas de política agrícola pode ser vista em Rezende (1988).

TABELA 7

Taxas de crescimento anual da produção e dos rendimentos físicos de outras lavouras — 1973/81, 1979/81 e 1973/88

Especificação	Brasil			Centro-Sul			Norte e Nordeste		
	1973/81	1979/88	1973/88	1973/81	1979/88	1973/88	1973/81	1979/88	1973/88
Soja (total)									
Produção	7,3	2,8	5,1						
Rendimento físico	-1,9*	0,5*	0,7*						
Soja (Sul e São Paulo)									
Produção				5,5	-3,5	0,9*			
Rendimento físico				-2,1*	-0,8*	-0,1*			
Soja (cerrado)									
Produção				27,6	19,3	24,3			
Rendimento físico				2,1*	2,2	3,3			
Algodão em caroço									
Produção	-1,3*	4,7	2,5	2,0*	4,8	4,7	-6,4	4,2*	-3,0
Rendimento físico	-0,4*	8,9	5,2	4,0	-1,6*	1,8	-7,8	13,2	2,1*
Laranja									
Produção	9,2	4,7	7,4						
Rendimento físico	3,8	0,4*	2,1						
Cacau									
Produção	7,4	2,8	4,9						
Rendimento físico	6,8	-1,9	1,3						
Café									
Produção	3,8*	-7,3	0,6						
Rendimento físico	-0,4*	-3,4*	0,0*						
Cana-de-açúcar									
Produção	8,3	8,3	8,6						
Rendimento físico	3,3	1,4	2,3						

NOTA: Ver Tabela 5.

Este reforço do papel da política de preços mínimos foi interpretado na época — e continua a sê-lo, até hoje — como uma compensação à agricultura pela reforma do crédito rural (redução do volume de crédito e introdução da correção monetária). Olhando retrospectivamente, e nos termos da hipótese acima, entretanto, o papel da política de preços mínimos, mesmo que esta não tenha sido a intenção inicial do governo, foi o de compensar a agricultura de mercado interno em face do incentivo cambial provido aos exportáveis. Mais especificamente, a hipótese é de que esta política implicou uma redução de risco nesse subsetor da agricultura, deslocando para a direita a respectiva curva de oferta e resguardando, assim, sua competitividade nos mercados de fatores, eventualmente ameaçada pelo incentivo cambial provido ao subsetor dos exportáveis. É interessante frisar que, afinal de contas, a política de preços mínimos não conseguiria servir de compensação (pela perda do subsídio creditício) ao subsetor de exportáveis — dada a sua escassa influência na formação dos preços desses últimos — e que a necessidade mesma dessa compensação sempre foi objeto de controvérsia.

4.3 — Agricultura e ajustamento macroeconômico

Ter conseguido conciliar, assim, dois objetivos potencialmente conflitantes — aumento do saldo da balança comercial e abastecimento interno satisfatório de alimentos — foi o principal mérito da prioridade agrícola. Nessa tarefa, aliás, a política econômica foi ajudada por uma série de circunstâncias, tais como: a) os preços externos das *commodities* agrícolas apresentaram-se grandemente instáveis e com tendência decrescente na década de 80; b) inovações tecnológicas — como as que permitiram a incorporação do cerrado — aumentaram o potencial produtivo da agricultura e reduziram o grau de conflito intra-setorial e c) este potencial produtivo aumentou, também, em função do menor crescimento econômico, já que, em conseqüência, a agricultura pôde atrair mais facilmente recursos produtivos de outros setores — como expresso, por exemplo, na renovada expansão da pequena agricultura.

Quando se tem em conta, em particular, os fracos incentivos de preços externos das *commodities* agrícolas, parece possível afirmar, em retrospecto, que a agricultura brasileira não teria conseguido manter-se crescendo a não ser explorando o enorme potencial representado pelo mercado interno. Isto é consistente, aliás, com o fato de ter sido pequena a contribuição direta da agricultura para o ajuste externo: o aumento do saldo de exportações e importações agrícolas explicou apenas 15% do aumento do saldo da balança comercial entre o triênio 1980/82 e o ano de 1985 [Delgado (1988)]. Felizmente, contudo, a economia brasileira demonstrou poder prescindir da agricultura para este mister, já que a indústria (inclusive a extrativa mineral) deu conta do recado, seja substituindo importações, seja aumentando exportações.

Neste ponto, deve-se notar o contraste com a economia argentina, cuja grande dependência em relação às exportações agrícolas está na raiz de sua dificuldade crônica de geração do superávit comercial necessário ao pagamento dos juros externos. O problema argentino é agravado pelo fato de que os produtos agrícolas exportados são também amplamente consumidos internamente, e por isso toda tentativa de estimular as exportações agrícolas por meio de desvalorização cambial — com a conseqüente elevação dos preços relativos internos dos exportáveis — é muito difícil de ser conseguida porque supõe uma queda dos salários reais.¹¹ Em contraste, o Brasil, além de depender menos das exportações agrícolas, pode elevar mais facilmente os preços relativos dos exportáveis agrícolas, já que o impacto conseqüente sobre os salários reais é muito menos relevante.¹² Mesmo o impacto indireto sobre o salário real (devido à alta dos preços dos alimentos básicos, decorrente da eventual substituição de culturas) pode ser neutralizado, no caso do

¹¹ Uma discussão clássica desse problema encontra-se em Diaz-Alejandro (1965); para análises mais recentes, cf. Garramón, Obschatko e Reca (1988) e Reca e Garramón (1988).

¹² Adotamos, neste ponto, as análises clássicas de Barros e Graham (1978) e Homem de Melo (1978).

Brasil — como ilustra a experiência dos anos 80 —, via política de preços mínimos.

Em suma, a crise externa, ao invés de agravar o “problema da produção de alimentos”, gerou condições propícias para sua superação e tornou claro que a principal contribuição da agricultura, numa economia com a dimensão e com a base industrial como a brasileira, reside na contínua melhoria do abastecimento interno.

5 — Sumário e conclusões

Caracterizou-se, inicialmente, neste trabalho, que o produto agrícola vegetal não apenas preservou, na década de 80, sua tendência de crescimento da década de 70, mas também que o seu comportamento de curto prazo não guardou relação sistemática com a evolução cíclica geral. Esse último fenômeno, em particular, suscitou o retorno, neste trabalho, às contribuições de uma literatura dirigida à análise do comportamento da produção e dos preços agrícolas no ciclo econômico. Indo além dos aspectos focalizados nessa literatura, contudo, o trabalho chamou a atenção para o fato de que a rentabilidade relativa da agricultura é afetada de forma crucial por variáveis que, por serem exógenas à economia brasileira, não guardam, tampouco, qualquer relação sistemática com o ciclo doméstico: os preços externos das *commodities* agrícolas e do petróleo. Com esta ampliação do quadro analítico, fica claro que tanto o produto como o investimento agrícola não guardam, em princípio, qualquer relação sistemática com o ciclo geral da economia; assim, a acumulação de capital na agricultura tanto pode ser anticíclica como procíclica, dependendo da atuação das variáveis externas acima mencionadas. Este padrão em princípio acíclico do investimento agrícola, por sua vez, não pode senão contribuir para um padrão análogo do produto agrícola, uma vez que se incluam, no investimento agrícola, as compras de insumos correntes (como adubos, por exemplo).

Já com relação à capacidade demonstrada pelo setor agrícola de se manter crescendo, ao longo da década de 80, a uma taxa pouco menor do que a da década de 70 — não obstante a forte desaceleração no crescimento geral após 1980 —, o trabalho, após proceder a uma análise desagregada por culturas, mostrou que essa estabilidade do crescimento do produto agrícola agregado esconde, na verdade, um duplo fenômeno, qual seja, uma forte queda na taxa de crescimento da produção de exportáveis e um sensível aumento na produção de culturas de mercado interno, de um subperíodo (1970/80) para outro (1980/88). Pode-se concluir, assim, que o dinamismo recente do setor agrícola deveu-se inteiramente ao bom desempenho da agricultura de mercado interno.

Este aparente paradoxo de um crescimento agrícola *hacia dentro*, exatamente quando se temia que, em função do agravamento do problema cam-

bial do país, o padrão anterior de crescimento agrícola *hacia fuera* prosseguisse com ímpeto ainda maior, foi, então, objeto de análise. Apontou-se que o paradoxo se resolve, facilmente, ao se levar em conta que a desvalorização cambial foi acompanhada de uma política agrícola que estimulou compensatoriamente o subsetor voltado para o mercado interno: a política de preços mínimos.

Beneficiada, assim, por incentivos de preços aos seus dois subsetores — o de exportáveis, via política cambial, e o de mercado interno, via preços mínimos —, a agricultura não pôde senão preservar seu ritmo de crescimento, que só não foi maior devido à evolução desfavorável dos preços externos das *commodities* agrícolas, o que implicou, aliás, que a contribuição direta da agricultura para a geração do superávit comercial tenha sido pequena. Esta neutralização do estímulo cambial aos exportáveis, embora parcial, contribuiu para que a produção agrícola para o mercado interno se expandisse mais plenamente, com ganhos de produtividade e expressiva redução de preços. Nesse processo, os salários reais — ou seja, os salários em termos dos bens-salário, entre os quais se incluem, com lugar de destaque, os alimentos — puderam ser preservados, embora os salários definidos em termos dos bens produzidos nos setores não-agrícolas caíssem. Conforme acentuou Dias (1989), isto fortaleceu a competitividade externa das exportações industriais e amorteceu o impacto — sobre a renda real da classe trabalhadora — da drenagem de recursos reais que a economia brasileira vem sofrendo desde a eclosão da crise externa.

Abstract

The article analyses the performance of agriculture in the 1980's. It is shown that the agricultural product has maintained, to a large extent, its growth trend of the 1970's, and that the short-run behavior of this product has not kept any systematic relation to the overall cyclical evolution. This last finding, in particular, justified the return to an old literature on the behavior of agricultural production and prices over the trade cycle, adapted, however, in order to take into account some aspects of special relevance to the analysis of the Brazilian case. The article argues, in addition, that agricultural production for the domestic market has improved its performance markedly, and seeks to place this phenomenon within a broader perspective of analysis of the contribution of agriculture to the process of adjustment of Brazilian economy to the external crisis.

Bibliografia

- AGUIRRE, B. M. B. Perspectivas do mercado de trabalho rural no Brasil. In: *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, São Paulo, 24 a 28 de julho de 1989, vol. II.

- BARROS, J. R. M. de, e GRAHAM, D. H. A agricultura brasileira e o problema da produção de alimentos. *Pesquisa e Planejamento Económico*, Rio de Janeiro, 8 (3) :695-725, dez. 1978.
- DELGADO, G. Tendências da demanda agrícola face à política econômica. In: *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Fortaleza, Ceará, 1 a 5 de agosto de 1988, vol. III.
- DIAS, G. O papel da agricultura no processo de ajustamento — nota adicional. In: *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba, São Paulo, 24 a 28 de julho de 1989, vol. II.
- DIAZ-ALEJANDRO, C. F. *Exchange rate devaluation in a semi-industrialized country*. Cambridge, MA, MIT Press, 1965.
- GALBRAITH, J. K., e BLACK, J. D. The maintenance of agricultural production during depression: the explanations reviewed. *The Journal of Political Economy*, 46 (3) :305-23, jun. 1938.
- GARRAMÓN, C. J., OBSCHATKO, E. S. de, e RECA, L. G. *Política económica, agricultura y tecnología en Argentina*. Trabalho apresentado na Primeira Conferência Latino-Americana e do Caribe sobre Política Económica, Tecnologia e Produtividade Rural. México, D. F., 26 a 28 de outubro de 1988.
- HANSEN, A. H. The business cycle and its relation to agriculture. *Journal of Farm Economics*, 14:59-68, 1932.
- HARROD, R. F. *The trade cycle*. Oxford, Clarendon Press, 1936.
- HICKS, J. R. *The crisis in Keynesian economics*. New York, Basic Books, 1974.
- HOMEM DE MELO, F. *Agricultura brasileira: incerteza e disponibilidade de tecnologia*. São Paulo, FEA/USP, 1978 (Tese de Livre-Docência).
- . *O problema alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- . *O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90*. Mimeo, 1989.
- IBGE. *Metodologias das pesquisas agropecuárias anuais — 1981*. Rio de Janeiro, 1983 (Série Relatórios Metodológicos, 3).
- . *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1987 (Série Estatísticas Retrospectivas, 3).
- JOHNSON, D. G. The nature of the supply function for agricultural products. *American Economic Review*, 40:539-64, 1950.

- KALDOR, N. Inflation and recession in the world economy. *Economic Journal*, 86 (12) :703-14, 1976.
- KALECKI, M. *Selected essays on the dynamics of the capitalist economy*. Cambridge University Press, 1971.
- KIRK, J. H. *Agriculture and the trade cycle*. Londres, P. P. King and Son, 1933.
- RECA, L. G., e GARRAMÓN, C. J. *Argentine interactions between the adjustment program and the agricultural sector*. Trabalho apresentado na XX Conferência Internacional de Economistas Agrícolas. Buenos Aires, 24 a 31 de agosto de 1988.
- REZENDE, G. C. de. Ajuste externo e agricultura no Brasil, 1981-86. *Revista Brasileira de Economia*, 42 (2) :101-37, abr./jun. 1988.
- . *Controvérsias de economia agrícola: uma revisão crítica*. Rio de Janeiro, INPES/IPEA, dez. 1989 (Texto para Discussão Interna, 184).
- SAYAD, J. Notas sobre a agricultura no curto prazo. In: SAYAD, J., et. alli. *Economia agrícola: ensaios*. São Paulo, Fipe/USP, 1982a.
- . Especulação com terras rurais, efeitos sobre a produção agrícola e o novo ITR. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 12 (1) :87-108, abr. 1982b.
- SCHULTZ, T. W. *Agriculture in an unstable economy*. New York, McGraw Hill, 1945.
- SILVA, J. A. Modelo para a estimação do rebanho bovino por sexo e grupos etários — desenvolvimento e aplicações. *Revista Brasileira de Estatística*, 47 (188) :571-606, out./dez. 1986.

(Originais recebidos em outubro de 1989. Revistos em fevereiro de 1990.)